Agenda da Alesp prevê reuniões de Comissões para discutir e votar 190 itens nesta terça(10)

Deputados vão analisar matérias sobre educação, direitos do consumidor e as contas de Tarcísio de 2025

RODRIGO ROMEO/ALESP



Assembleia Legislativa de São Paulo terá reuniões de quatro comissões permanentes e sessão ordinária nesta terça-feira (10).

Da **Redação**

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) terá uma agenda de reuniões nesta terça-feira (10), com pelo menos 189 itens distribuídos entre três comissões permanentes, além da análise das contas do governo Tarcísio de Freitas de 2025. Os trabalhos começam às 10h, com uma audiência pública, e seguem até a tarde, quando também está prevista mais uma sessão ordinária.

A Comissão de Educação e Cultura concentra o maior número de assuntos, com 94 itens. Na sequência aparece a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais, com 80. Já a Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor terá 14 propostas e manifestações para apreciação.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Às 14h30, a Comissão de Educação e Cultura analisará 94 itens, entre projetos de lei, moções e manifestações encaminhadas à Alesp. Entre os destaques está o PL 1486/2023, da deputada Andréa Werner(PSB), que limita o número de estudantes por sala de aula na rede estadual. Também será analisado o PL 961/2023, da deputada Professora Bebel(PT), que estabelece diretrizes curriculares para o ensino médio.

Outras propostas tratam da contratação de professores especializados em educação especial, da inclusão de terapeutas ocupacionais nas escolas públicas e da criação do programa Pé de Meia Paulista Fundamental II. A pauta inclui ainda projetos sobre educação ambiental, atendimento psicológico nas universidades públicas e incentivos à cultura. Também serão apresentados relatos de possíveis irregularidades administrativas, problemas estruturais em escolas e questionamentos sobre o ensino integral.

CONTAS DO GOVERNO

Às 14h, a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento analisará o balanço geral do Estado referente a 2025, encaminhado pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). O relator, deputado Fábio Faria de Sá(Podemos), apresentou voto favorável à aprovação das contas, com ressalva para atos ainda pendentes de julgamento pela Assembleia. O processo recebeu pedido de vista do deputado Enio Tatto (PT).

A análise integra a fiscalização legislativa sobre a execução orçamentária e financeira do governo estadual.

DEFESA DO CONSUMIDOR

Às 15h, a Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor terá 14 itens na pauta. Oito são projetos de lei, incluindo propostas que proíbem cobranças pelo restabelecimento de serviços públicos e obrigam o fornecimento de água potável em eventos com mais de 500 pessoas. Também serão examinadas medidas sobre contestação de contas de água com valores anormais, divulgação de informações sobre a qualidade da água, proteção durante a Black Friday e direitos dos consumidores em casos de falta de energia elétrica.

Os deputados ainda analisarão uma moção de repúdio à Enel e tomarão conhecimento de denúncias envolvendo cobranças de aplicativos, transporte intermunicipal, Nota Fiscal Paulista e operações bancárias.

DIREITOS HUMANOS

Às 15h30, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais terá 80 itens para apreciação.

SP divulga desconto de 3% em janeiro do IPVA

Da **Redação**

O Governo de São Paulo definiu o calendário do IPVA 2027. Proprietários de veículos usados poderão pagar o imposto em janeiro, com desconto de 3%, quitar o valor integral em fevereiro, sem desconto, ou parcelar em até cinco vezes, conforme o débito. O calendário está no Decreto nº 70.960/2026.

Os vencimentos começam em 11 de janeiro, para placas final 1, e terminam no dia 22, para final 0. As datas se repetem nos meses seguintes. Se a data cair em dia sem expediente bancário no município, o vencimento passa ao próximo dia útil.

Caminhões e caminhões-tratores têm calendário próprio.

O imposto poderá ser dividido em três, quatro ou cinco vezes, sem desconto, conforme o valor. Débitos a partir de 10 Unidades Fiscais do Estado de São Paulo (UFESPs) podem ser pagos em cinco parcelas, de janeiro a maio. Valores a partir de 8 e inferiores a 10 UFESPs permitem quatro parcelas, de janeiro a abril. Para débitos a partir de 6 e inferiores a 8 UFESPs, são três parcelas, de janeiro a março.

A primeira parcela deve ser paga no prazo e no valor correto; atrasos posteriores rompem o acordo e geram multa e juros. Cada parcela deve valer ao menos 2 UFESPs.

FOTO: GOVERNO DE SP



Os vencimentos vão de 11 até o dia 22 de janeiro de 2027

Para caminhões e caminhões-tratores usados, o desconto de 3% vale para pagamento integral em janeiro, conforme a placa. A quitação sem desconto pode ser feita até 22 de abril. As parcelas vencem no dia 22, de março a setembro.

Para veículos novos, o desconto de 3% será concedido se o pagamento integral ocorrer até o quinto dia útil após a emissão da nota fiscal. Também é possível parcelar em até cinco vezes, sem desconto. A primeira parcela vence em até 30 dias da emissão da nota, e as demais no mesmo dia dos meses seguintes. O desconto não se aplica a veículos beneficiados pela redução de alíquota prevista na Lei nº 13.296/2008.